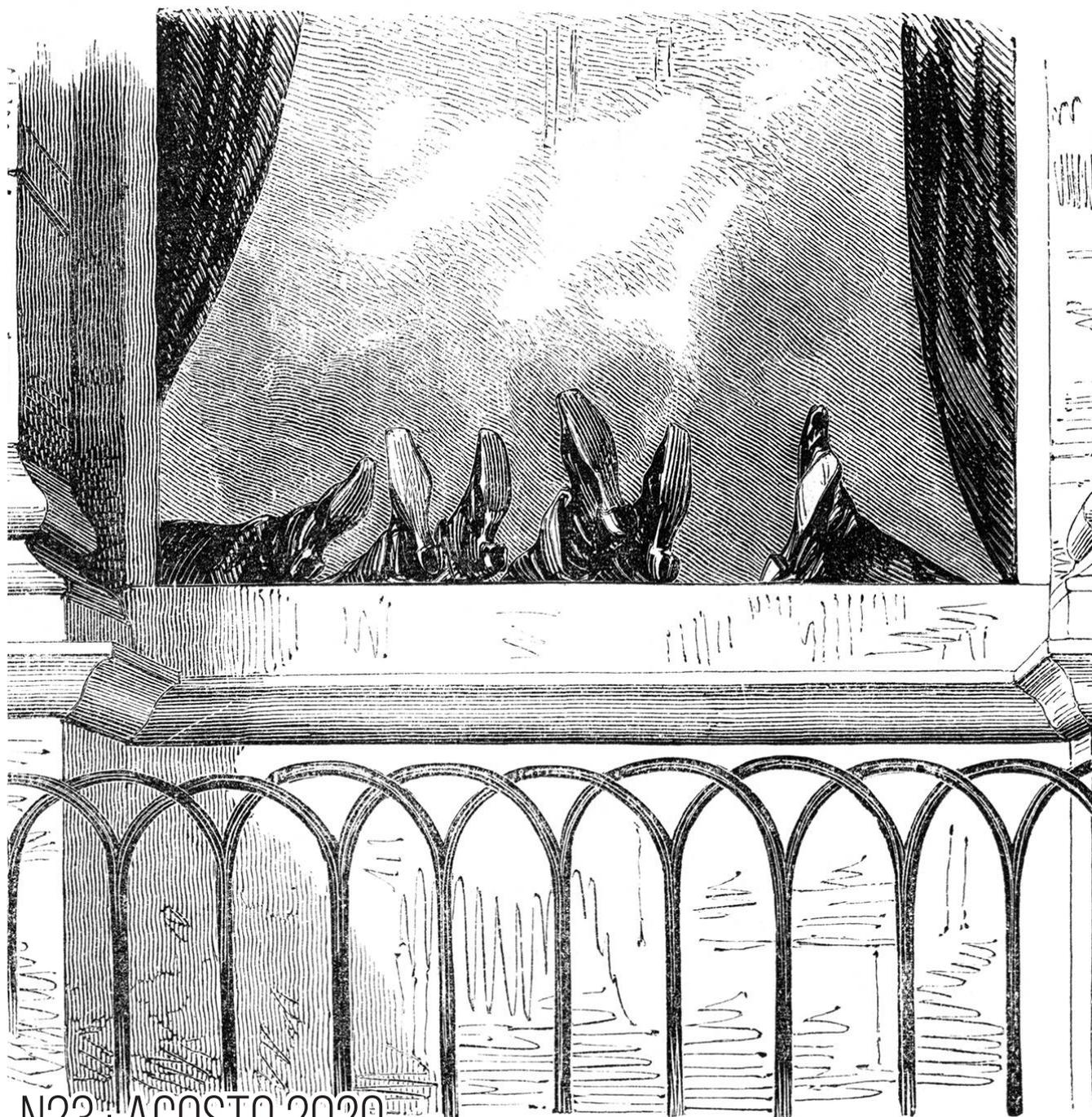


nordês

PERIÓDICO ANARQUISTA

UMHA COLABORAÇÃO ENTRE
ARDORA (S)EDIÇÕES ANARQUISTAS
E COLAPSO ZINES



N23 · AGOSTO 2020

A CORTE DOS ANANOS

DAVID GRAEBER
E O ANARQUISMO

O DILEMA:
O DINHEIRO OU A VIDA

A CORTE DOS ANANOS

MIGUEL AMORÓS

A Monarquia terminou na Espanha no ano 1931 como secuela dumhas eleiçõs municipais favoráveis aos partidos republicanos. Alfonso XIII abandonou ato seguido o país abrumado pola rejeiçom popular. Ninguém rei voltou a coroar-se até novembro de 1975, recém falecido o ditador. A dia de hoje, esse mesmo monarca, tendo renunciado à coroa por umha série de vicisitudes que começaram com um acidente numha caçeria de elefantes patrocinada por milionários árabes e o desvio de fondos públicos para acondicionar a residência da sua última amante, anuncia a sua intençom de residir fora do país. Parece que a história se repite como comédia, como diria Marx, e mais tendo em conta que o matador de proboscidios era presidente de honra da conservacionista WWF.

Espanha é um país de esperpentos, de realidades grotescas, de chefezinhas fantoches, e para mostra, o último avatar do rei “emérito”, o das comissoes saudíes e as maletas repletas de euros levadas a Suíça, cuja existência ressaltaram as disputas pecuniárias com a sua amiga Corinna. Afetará o assunto da corrupçom real à política? Desde logo, umha parte da casta partidista, Podemos, Esquerra, etc., aproveitará a ocasiom para condenar a “indignidade” real, pedir a aboliçom da monarquia e afirmar a sua inquebrantável vocaçom repu-

blicana, mas todo isso exclusivamente com fins electoralistas. Aos podemitas e afins interessa-lhes nom difuminar-se na colaboraçom com os socialistas, e aos supostos independentistas, é umha oportunidade de desgaste do centralismo estatal que sai grátis. Já se gardaram moi bem de levar o seu republicanismo à prática, sabedores de que os cimentos do que chamam democracia e nom o é se confeccionaram com concreto monárquico.

Se a figura do ex rei resulta patética e ridícula, nom o resulta menos o governo e o parlamento, com os seus deputados porta-vozes rivalizando em pomposa fraseología moral a respeito da coroa e a pessoa que a leva. Além disso, convém lembrar que a Casa real nom ocupa um lugar central no esperpento estatista, e portanto, o seu peso é moi ligeiro, em absoluto capaz de gerar por si mesma umha crise semelhante à que ocasionou nom fai muito o soberanismo catalam. O rei reina, nom paga impostos e incluso amassa fortunas fraudulentas, mas nom governa. Em fim, a Coroa é só o bombim do vestido institucional da dominaçom, o sombreiro do poder da classe dominante, e os interesses desta nom passam por mudar de traje, e menos por pôr-se a boina tricolor. Ninguém quer realmente mudar as regras do jogo se pode perder algo na mudança. Ninguém partido, por republicano que se proclame, deseja forçar a descomposiçom do regime para mergulhar-se numha batalha pola reconversom institucional de saída completamente incerta. Nem sequer os independentistas, por mais vestiduras que se rasguem.

Apesar dos pesares, as andanzas do “emérito” vam prestar um último serviço ao regime partitocrático nascido do pacto contra natura entre o franquismo e a oposiçom, incluída a independentista, permitindo por um instante desviar a atençom da crise sanitária e económica que se abate sobre o país, lenta e inexorável, crise que columbra um horizonte nada halagüeño. As verdadeiras contradicoes que atravessa o capitalismo espanhol, impulsoras de conflitos sociais vindouros, apenas começaram a aflorar. O ruído mediático em torno de Juan Carlos pode escurecer durante um tempo ante as massas semiconfinadas e emmascaradas a perspectiva azarosa dumha pobreza desigualmente repartida e dumha sanidade pública criminosamente desmantelada, mas nom todo o tempo. O espantallo republicano só é isso, um espantallo. Umha manobra de despiste, um tópico progressista. A populaçom espanhola nom foi nunca mo-

nárquica, mas no Estado espanhol nom fica quase ninguém que se senta inclinado a sacrificar o seu minúsculo interesse particular em aras dos seus sagrados princípios, e por suposto, os profissionais da política menos que ninguém. Esses nom tenhem princípios. Espanha é um país de classes médias, de políticos pesebreros, de operários desclasados e de funcionários xubilados, gente preocupada por manter o seu nível de consumo, e portanto, pouco inclinada a mudar de sítio os móveis. Gente decidida a caminhar polas velhas sendas, porque as novas nom dam suficientes garantias.

A Monarquia foi mais que nada um floreiro na mesa espanhola do poder, umha instituição postiza com a missom de refletir a marcha tranquila e feliz da dominação dos poderosos, a imagem floral dum país onde os turistas chegam a esportas, os cargos responsáveis nunca demitem, os investidores enriquecem-se e os empresários fam lucrativos negócios. Em tempos críticos, sem embargo, a Monarquia pode converter-se em diana para a qual desviar os tiros que deveriam dirigir-se cara outro lado. O espetáculo pode mudar em último extremo para que nada mude. Precisamente é o que está a passar. Juan Carlos anuncia a sua saída da Espanha, negociada com o governo, para nom prejudicar à instituição monárquica, segundo própria confissão, convertendo um assunto de corrupção em outro de sacrifício paterno, mas nas Cortes preocupa mais viver da poltrona e, por riba, os partidários de deixar a Monarquia tal como ficou som maioria absoluta. Para eles, as pessoas delinquen, mas as instituições som imaculadas.

Apesar de que os nossos desejos nom vam nesse sentido, a tenor do dito, nom temos mais remédio que afirmar que a espantada real nom terá consequências republicanas. Já a Segunda República foi entronizada por antigos monárquicos com o objeto de enfrentar a crise económica que levou ao precipício à Ditadura de Primo de Rivera, e com ela aos Borbons. Nom foi capaz de levar a cabo as tímidas reformas sociais que se propujo. Tampouco depurou um exército repleto de monárquicos e clericais. Os governos republicanos nom duvidaram em empregar a repressom mais implacável contra o proletariado sindicalista, agudizando a luta de classes e levando aos setores mais reaccionarios da burguesia ao pronunciamento. O seu fracasso nom consistiu em garantir a liberdade ao povo espanhol, senom em nom suprimir a liberdade popular o suficiente. A desculpa era a guerra e a guerra perdeu-se. O contexto internacional nom lhe foi favorável e os governos seudodemocráticos preferiram um regime fascista a umha República

débil, burguesa em essência mas incapaz de assegurar os interesses dos investidores e proprietários, e ainda menos, de fazer tabela rasa dos proletarios.

Hoje em dia nom há verdadeiros monárquicos, nem verdadeiros republicanos. Como ontem, a República nom significaria mais que um novo espetáculo estatal, umha pirueta da ordem, nom umha transformação sequer incipiente das estruturas sociais, bastante danadas polo desemprego, a exclusom e as desigualdades. Mal instaurada em plena crise como manobra de distração, a sua entronização seria demasiado arriscada. Poderia surgir com força a questom social, pois os antagonismos fariam-se visíveis e nom teria polícia nem espetáculo suficiente para os conter. Nom há republicano que queira isso. O patriotismo republicano empregaria-se tanto como o atual “cidadanismo” para a estabilização do sistema partitocrático, provavelmente com escassos lucros; a épica ideológica nom alimenta e a retórica republicana nom resolve os conflitos. O que chamam “cidadás” é algo tam abstrato e dispar como o que antanho chamavam “patriotas”. Em concreto, há massas, há classes populares, há dirigidos, oprimidos, cabreados; todos se movem graças a impulsos e interesses que por própria dinâmica tendem para a universalidade. Os seus movimentos apontam a formas de democracia direta, assembleias, coordenadoras, conselhos, comunidades, por mais que essas metas demorem em se perfilar. A crise nom impulsiona necessariamente a consciência social. O populismo atual demonstra-o. O republicanismo do momento é simplesmente populismo. E nom há populismo que queira umha avalanche de assembleias realmente populares que voltem inúteis os chefes e a burocracia, já que todos aspiram ao comando e ao despacho. Em cámbio, somente nelas pode forjar-se umha autêntica vontade popular, o elemento cohesionador dumha verdadeira república, umha república sem Estado, da que abominan as classes possuidoras e mais ainda a casta política.

Em defesa nom só do anterior rei, senom dos atuais governantes, um ensaista assinalou que precisamente os tempos pós-modernos nom requerem dirigentes de altura, audazes, lúcidos e até quijotescos, grandes homens de Estado com sentido da História e visom universal. Passou já a sua hora. Agora toca o turno dos dirigentes mediocres, vacilantes e por que nom, afanadores. As circunstâncias que acompanham aos poderes estabelecidos precisam aos torpes e indecisos e nom aos heróicos, aos ananos e nom aos gigantes, já que nom se requerem grandes decisoms nem estratégias ousadas para estabilizar as instituições e garantir os interesses

*A Monarquia foi
mais que nada
um floreiro na
mesa espanhola
do poder, umha
instituição postiza
com a missom de
refletir a marcha
tranquila e feliz
da dominação dos
poderosos*

*A democracia à
espanhola foi fruto
dumha negociação
entre o aparelho
franquista e
os partidos da
oposição.*

económicos, senom as pequenas componendas, renúncias consensuadas e tortuosos apanhos. O novo dirigente nunca destaca pola sua inteligência, senom pola sua ignorância, nem se assinala pola sua determinação, senom pola sua pusilanimidade. Nem se lhe valoriza polas suas virtudes, senom pola sua insignificância. É dos que sabe acomodar-se com o que há e nom procura impor-se. Nom se enfrenta aos verdadeiros problemas, mais bem os evita, dando rodeos e largas até adaptar-se. Nom se caracteriza pola sua vontade de serviço, ainda que fora interessada, senom por aferrar-se aos cargos como umha lapa e por usar o dinheiro público como um patrimônio próprio. Esse tipo de personagens foram os que construírom o que todos os servidores da dominação chamam “democracia espanhola”, em realidade, um despotismo camuflado moderado pola ineptitude e um tanto polo enchufismo.

A democracia à espanhola foi fruto dumha negociação entre o aparelho franquista e os partidos da oposição. Uns, os reformadores franquistas, possuíam a força, o poder, enquanto os outros, as mesas, juntas e plataformas opositoras, tinham a legitimidade democrática. Ambos estavam dispostos a ceder. Uns, a neutralizar as tendências duras do franquismo, e os outros, a desativar e paralisar o empurre do movimento operário ascendente. A amnistia dos crimes franquistas a cámbio da legalização dos partidos e das eleições parlamentares. Sempre dentro da lei: da lei franquista à lei despreendida da Constituição. O movimento operário nom pôde romper essa aliança; os seus inimigos despojarom-lhe da sua autonomia e cedo, com a legalização dos sindicatos, o proletariado deixou de ser umha classe histórica, portadora de esperanças emancipadoras, para devir um ator secundário no processo da “Transição” da ditadura à partitocracia. Com esse nome designase um regime de aparência parlamentar sem separação real de poderes, no que som protagonistas as cúpulas dos partidos com representação parlamentar. O guiom de tal sistema se “consensúa” entre as hierarquias políticas, em função do número dos deputados que possuam. Nom era de estranhar que a fragilidade permanente do modelo obrigasse aos governos a contínuas leis de exceção, e que de modo geral as leis servissem mais para suprimir liberdades que para as garantir. O código da democracia, aparelho legal que deveria ter acompanhado à Constituição em 1978, nom se terminou de elaborar até os anos noventa e meteu no cárcere a mais dos que tinha antes da sua operacionalização. A debilidade obriga a comportamentos extra-legais, autori-

tários, impopulares, que pretendem mostrar sensação de firmeza e segurança. Ao cabo dos anos, a segurança pôde com o desejo de liberdade. O medo é a paixão principal do indivíduo médio espanhol, motorizado e televisivo, obediente e conformista, disposto a votar como poseso pola falsa opção que lhe mandem, esquerda ou direita, unidade constitucional ou independência, e se se apresentasse o caso, monarquia ou república. O voto nom lhe garante ningumha liberdade, mas ao votar somente procura a segurança, a proteção benigna da autoridade.

Personaginhos como Juan Carlos, Adolfo Suárez, Felipe González, Jordi Pujol ou Santiago Carrillo, foram os artífices do regime posfranquista que chamarom democracia. Ningum brilhou polas suas qualidades, senom pola sua nulidade, e foi esta a que lhe proporcionou sucesso. Juan Carlos, por exemplo, foi inteiramente umha criação do franquismo. Convertido em rei por obra e desígnio de Franco, tivo, ou melhor, tiverom os seus conselheiros, a suficiente inteligência para nom obstaculizar a Transição e unir a sua sorte a esta. Postos a deixá-la correr, melhor cobrir com a sua autoridade “moral”. A Juan Carlos interessavam-lhe mais as mulheres, os iates e o dinheiro que o poder, mas umha cousa era necessária para a outra. De modo que tivo que manipular aos generais franquistas, a armadilha maior capaz de fazer encaiar a Transição, e surfear acima do governo e o parlamento, a fim de se converter em mediador indispensável da situação quando a mediação fora requerida. A oposição de alguns bispos e umha parte importante do aparelho armado do franquismo, capitães gerais, policia civil e serviços secretos militares, consagrou o seu papel de árbitro institucional e lhe catapultou como figura histórica.

Efetivamente, o seu aparecimento televisivo no golpe de Estado do 23-F valeu-lhe o título honorífico de “salvador da democracia” ainda que o seu verdadeiro papel fora mais que dudoso. O rei de entom nom andava satisfeito com ela, polo que tinha incitado a uns e a outros a por-lhe freno e mudar de orientação. Isto é, a voltá-la menos democrática, mais respeitosa com as hierarquias estabelecidas e os seus arcaicos valores. A inovar o mínimo. Parece que tinha adeptos em todos os partidos e que o “golpe de timon” nom ia passar dum suave movimento pendular no interior da burocracia estatal, mas a iniciativa duns quantos ultradereitistas bem incorporados nas forças armadas deu ao fracasso com a operação recondutora. Juan Carlos, em qualidade de capitam geral dos exércitos, inclinou a balança do lado governamental e com isso conseguiu a popularidade requerida para fazer em adiante o que lhe vinhera em gana.

Por primeira vez sentiu-se acima de térios e troyanos, além do bem e do mal monárquico, sentado sobre baionetas brandas.

O resultado do frustrado golpe de Estado de 1981 foi um regime tutelado entre bastidores durante uns anos polos militares. A Transiçom fixo-se mais autoritária, ao mesmo tempo em que a economia seguia avançando com altibaixos. Ninguém protestava, a população governada precipitava-se numha sociedade consumista, onde havia crédito para todo o mundo e qualquer, até o mais pobre, tinha algo para gastar. A Transiçom desembocou em “o Câmbio”, a década felipista. Os socialistas lideravam o crescimento económico imobiliário. O país era umha naçom moderna, com um desenvolvimento envidiable e um rei que ia e vinha como embaixador, rindolhe todos as graças, como quando lançou ao esperpento bolivariano Chaves um “por que no te callas”. Daqui em diante Juan Carlos perdeu a contençom e a compostura, adoeceu de sucesso e, deixando-se levar polas suas inclinaçoms naturais, a caça, as saias e os negócios, precedido polo seu genero Urdangarín, duque em-Palma-do, nom demorou em protagonizar involuntarios escândalos que pôde conjurar renunciando à coroa em favor do seu filho. Nom foi suficiente. A cabra tira ao monte.

Juan Carlos “o campechano”, o dos acidentes domésticos, o da moto, foi o espelho em que se contemplarom três geraçoms de governantes acomodaticios, insípidos e mesquinos como ele, foram comunistas ou conservadores, regionalistas ou independentistas, sindicalistas ou empresários, corruptos ou limpos. Foi o rei dumha época cinza, onde a hierarquia do capital deslocou definitivamente da Espanha à da ideologia fascista e a religiom católica, período durante o qual a política se submeteu à economia: o enriquecimento foi a consigna a seguir, e o dinheiro, a meta de todo bicho vivente. Época modernizadora, preludio da mundializaçom financeira que tanta marginalizaçom, miséria e resignaçom reportou. Como um juguete roto, o “emérito” sucumbe hoje aos seus erros e à sua avidez, ainda nom demasiado, mentres a humanidade coze-se com umha pandemia e ao Esta-

do espanhol se lhe vem em cima a maior crise da história.

Os estragos que iram acontecendo numha sociedade colonizada polo capital mudaram de acima abaixo o mundo no que sobrevivemos. O mesmo dará a forma de Estado. Se a república convém à classe dominante, terá república. Por agora parece que nom. Está-se mais bem por “um novo lançamento da imagem da coroa”, como diz o diário “La Razón”. Se convém a um setor significativo da casta política, haverá moda republicana. Por agora parece que sim. Ninguém notará a diferença, pois as massas despolitizadas, presas dos seus estreitos interesses privados, som indiferentes ao postureo político. Ninguém sairá do seu ensinismamento quotidiano, ninguém prescindirá da sua correspondente dose de evasom festiva, por umha questom tam nimia como a de escolher entre umha forma política de sumissom ou outra. Que ponham a que queiram. Apesar de todo a parte empobrecida vítima de decisoms unilaterais, nom comulga sempre com rodas de muinho. A escravi-

tude, seja qual seja a forma com a que se presente, é sempre escravidude, e a única república desejável é aquela na que a justiça social e a igualdade solidária façam impossível aquela. Por desgraça, essa classe de república, umha espécie de federaçom antiestatal de comunas socialistas, nom é a que anima à maioria dos republicanos de hoje, ou aos que o dizem ser, mais proclives à autoridade que à ausência dela. Mas sempre ficam os irredentos que confiam na sua possibilidade e a sua chegada. Para eles escrevemos.



DAVID GRAEBER E O ANARQUISMO

OCTAVIO ALBEROLA

Aprematura desapareção do antropólogo e ativista David Graeber provocou uma viva emoção nas redes sociais e suscitado, na imprensa internacional, numerosos titulares: tanto em reconhecimento do valor intelectual da sua extensa e valiosa obra como do seu ativismo militante.

Um reconhecimento largamente merecido. Nom só polo interesse que os seus trabalhos de investigação, no campo da antropologia e a filosofia política, levantaram, dentro e fora dos âmbitos académicos, senom também por ser um infatigable e conseqüente ativista militante. Duas facetas inseparáveis que lhe permitirom oferecer -ao mesmo tempo- uma vasta panorâmica da experiência humana e conclusões úteis para lutar contra o autoritarismo e a desigualdade nas nossas sociedades.

Constituída na sua maior parte por trabalhos de investigação académica, no terreno e bem documentados, a sua obra tivo grande repercussom no mundo da ciência e a cultura, convertendo-se num antropólogo conhecido e reconhecido mundialmente. O que nom lhe impediu de pôr o seu pensamento e erudiçom acessíveis para a grande maioria de leitores.

Um labor de investigação e divulgaçom democrática que moi cedo encontrou eco e

adesom nos meios da esquerda radical. Nom só polas suas tomas de posiçom públicas senom também polo seu envolvimento ativo nos conflitos e loitas sociais. No ponto de converter-se numha celebridade «mediática mundial enquanto ativista e «antropólogo anarquista». Notoriedade que ele pôs sempre ao serviço dessas causas.

Daí que neste reconhecimento póstumo seja frequentes as referências -mais ou menos bem intencionadas- à sua militância anarquista e à sua conceçom do anarquismo. Embora insistindo sobretudo no de que a ele nom gostava de ser catalogado de «antropólogo anarquista», porque, para ele, o anarquismo é umha prática e nom umha identidade: «o anarquismo faz-se, nom é».

Uma conceçom do anarquismo que lhe leva ao ativismo nos movimentos altermundialistas, depois em Occupy Wall Street e ultimamente em Rojava, por considerar a estes movimentos moi proclives ao fazer anarquista nos seus praxis e na luta contra a desigualdade e a dominação. Luta que se inscreve a mais em mais em coordenadas éticas, humanas, e a cada vez menos em coordenadas ideológicas. Nom só por estar os aparelhos de persuasiom e coerciom mais mobilizados -desde faz uns trinta anos- para ganhar a guerra ideológica, que para impor o sistema pela força, senom também por estar o modo de produçom atual fundado sobre princípios «morais» consumistas (o direito ao consumo) mais que económicos e ser os

objetos do desejo sempre objetos imaginados. E daí a importância a cada vez maior dos imaginários na luta contra o sistema capitalista.

É por todo isto que esta conceçom do anarquismo me parece, além de pertinente, de grande atualidade, e que, além do pensar David Graeber e de corresponder largamente à sua militância ativista, a considere umha conceçom lógica, coerente com as origens do anarquismo e válida para todos os tempos e circunstâncias.

O ANARQUISMO: UMHA PRÁTICA E PENSAMENTO DA AÇOM

Claro que nom é nada novo e que nom é David Graeber quem o descobriu, nem o primeiro que o defendeu com tanta convicção. Antes que ele, moito antes, por nom dizer desde sempre, se concebeu o anarquismo como umha maneira nom autoritária de se comportar, de lutar contra todas as formas de autoritarismo e de recusar dogmas e ortodoxias. De jovem fui censurado -na revista do Grupo Terra e Liberdade dos anarquistas espanhóis exilados em México- por afirmar em um artigo que o anarquismo era umha praxis e nom umha filosofia, umha doutrina, umha ideologia.

Nom está por demais lembrar que, embora na história convencional se apresenta ao anarquismo e ao marxismo, como ideologias

moi próximas no tempo e os objetivos, a verdade é que, a diferença do marxismo, que sim surge da mente de Marx como umha construção teórica, o anarquismo nom surge de ningumha mente designadamente, embora tenham muitos pensadores que se declararam anarquistas. A prova: as escolas do marxismo (leninistas, maoístas, althusserianos?) e as suas correntes (lacanianos, foucaultianos?) têm geralmente fundadores, em mudança, as do anarquismo emergem quase sempre de princípios ou práticas organizacionais (anarco-sindicalistas e anarco-comunistas, insurreccionistas e plataformistas, cooperativistas, individualistas, etc.).

Princípios e práticas (ajuda mútua, associação voluntária, tomada de decisons igualitaria) que, em realidade, som tom velhos como a humanidade. E o mesmo pode dizer da rejeição do Estado e toda a forma de violência estrutural, desigualdade ou dominação, por ter-se produzido desde que este e estas existiram. Nada que ver pois com ningumha teoria ideológica geral ou umha doutrina surpreendentemente nova, senom como umha tendência persistente na história da humanidade e do pensamento humano.

Nom é, pois, só a existência -desde tempos inmemoriais- destas práticas, de horizontalidade radical e de auto organização, o que nom permite considerar o anarquismo como umha construção teórica, umha doutrina ou umha ideologia, também o impede o resultado catastrófico de ter reduzido o seu praxis a umha declaração ou umha postura ideológica. Outra coisa é a necessidade de reflexons teóricas, sobre essas práticas ancestrales e espontâneas, para potenciar o seu desenvolvimento na sociedade atual; pois, pensar e viver o anarquismo, como umha prática conseqüente e quotidiana da liberdade e a igualdade, nom é obviamente suficiente para mudar o curso da história. Nem sequer para evitar as intrusões do poder nas nossas vidas quotidianas.

O ANARQUISMO, OU O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DO SÉCULO XXI

Numha obra de 2004 com este título, os seus autores, David Graeber e o antropólogo iugoslavo Andrej Grubacic, consideravam que «a era das revoluçons nom rematou» e que «o movimento revolucionário global do século vinte e um será um que tenha as suas origens nom tanto na tradição do marxismo, ou inclusive de um socialismo restringido, senom do anarquismo», umha convicção fundada em que «desde a Europa do Leste até Argentina, desde Seattle até Bombay», as ideias e princípios anarquistas estam «a gerar novas visons e sonhos radicais». Pois, embora os seus exponents nom se proclamassem anarquistas e se dessem outros

nomes («autonomismo, anti-autoritarismo, horizontalidade, Zapatismo, democracia direita...»), em todos esses lugares os princípios fundamentais eram: «descentralização, associação voluntária, ajuda mútua, redes sociais, e sobretudo, a rejeição a qualquer ideia de que o fim justifica os meios, e moito menos que o objetivo da revolução seja o de tomar o poder estatal para impor umha visom própria».

Para eles, o anarquismo, enquanto «ética da prática» (a ideia de construir umha nova sociedade dentro da antiga sociedade) se tinha convertido na inspiração básica do «movimento de movimentos» (do qual os autores faziam parte), cujo objetivo era, desde o princípio, «expor, deslegitimar e desmantelar os mecanismos do poder enquanto se ganham espaços a cada vez mais amplos de autonomia e de gestom participativa dentro de ele».

Agora bem, embora o interesse crescente pelas ideias anarquistas no começo do século 21 é real e provem -em grande parte- da rutura produzida nos anos 60 e 70 entre as geraçons do anarquismo, ao denunciar as mais jovens os hábitos sectarios do século passado e participar ativamente em movimentos feministas, ecologistas, contraculturais e indígenas, em realidade este auge, das formas de funcionamento ácrata, é o resultado do interesse das novas geraçons por experimentar formas mais democráticas do processo de tomada de decisão. Ou seja, criar umha cultura alternativa de democracia mais que um objetivo prefigurativo do mundo que querem criar através desta.

A razom é óbvia, a nova geração está bem mais interessada no modo de funcionar, e de funcionar já, que em argumentar «sobre os pontos mais finos da ideologia» para prefigurar esse mundo e lutar polo fazer possível. O que, em princípio, é um pragmatismo legítimo e prometedor em longo prazo; mas que, no imediato, deixa o campo livre à política institucional para recuperar -com o chamariz da «participação» nas decisons institucionais e de umha «economia participativa» no seio do sistema capitalista- essas práticas ácratas.

Claro que esta recuperação política nom pode evitar a volta do anarquismo ao centro da criatividade revolucionária, nem que os seus promotores se vejam obrigados a reconhecer ou, polo menos, a enfatizar a cercania dos seus ideários políticos com umha visom anarquista da democracia. Mas, obviamente, isto nom permite afirmar que o anarquismo é «o movimento revolucionário do século XXI». Embora, como o reconhecem os autores deste texto na sua conclusom, é «um processo em longo prazo» e «no século anarquista tom só acaba de começar».

Além de ser a cada vez mais evidente que a agudización dos problemas de desigualdade social, desde o derrube financeiro de

2008, e de preservação da vida, pela catastrófica gestom capitalista da pandemia COVID-19, propõe com carácter de extrema urgência a necessidade vital de mudar o curso da história humana.

«COMO MUDAR O CURSO DA HISTÓRIA»

Em outra obra, publicada em 2018 com este título, David Graeber e o jovem arqueólogo britânico David Wengrow denunciavam o grande relato -de inspiração rousseauniana- das «origens» da humanidade e o grande relato teleológico da «civilização», que lhe acompanha. Nom só por ter sido desmentida esta narrativa por umha quantidade abrumadora de evidências arqueológicas e antropológicas, senom também por acreditar a ideia de que só somos «espetadores impotentes» para mudar «a realidade e as hierarquias» que ser-lhe-iam consustanciales.

A sua análise, fundado no «longo tempo» na história e nos últimos contribus da arqueologia, mostrava -pelo contrário- as numerosas e reversíveis circulaçons entre as sociedades nómadas e as sedentarias, entre as comunidades estendidas e as restringidas, entre as organizações sociais hierarquizadas e as igualitarias. Como também que a igualdade nom é só alcanzable no enquadramento de comunidades restringidas e que a desigualdade nom foi necessariamente o preço a pagar para o desenvolvimento das sociedades humanas e o nosso conforto. O que desmentia a ideia, de que o interesse pessoal e a acumulação de poder eram e som as forças inmutables por trás do desenvolvimento das sociedades humanas. Além de reforçar a ideia de que o vaivén entre igualdade e desigualdade, entre autoritarismo e horizontalidad, estava ritmado na vida social prehistórica pelos ritmos estacionais. Por ser as variaçons estacionais -desde o começo da humanidade- as que permitiam aos seres humanos experimentar, em plena consciência, diferentes possibilidades sociais em função das suas necessidades.

Esta flexibilidade institucional é a prova da capacidade dos humanos e humanas de libertar-nos/libertá-nos, de nom importa que estrutura social, a cada vez que as circunstâncias o exigem. Daí que a verdadeira questão -como o precisam Graeber e Wengrow- nom seja perguntar pela origem da desigualdade social senom por que a aceitamos? E isso apesar de nom ter ningumha prova de que as estruturas de poder piramidal som a consequência necessária de umha organização a larga escala, e de que as circunstâncias atuais exigem umha mudança radical do curso da história para preservar a nossa própria existência.

É verdade que a perda mais dolorosa de liberdade começa a pequena escala -ao nível

das relações de género, de grupos de idade e da servidom domestica- e que é nela em onde vivemos as relações em umha grande intimidem, acompanhada simultaneamente das mais profundas formas de violência estrutural. Mas isto nom é suficiente para explicar o por que a espécie humana nom reage ante um poder e um sistema que a põem em perigo de desaparecer. Pois, apesar de ser umha necessidade vital para a nossa espécie, esta reação nom se produz, pese a que, como o lembram pertinentemente Graeber

e Wengrow, «as peças estom todas ali para criar umha história mundial completamente diferente».

Como nom coincidir pois com eles em que, «se realmente queremos entender como se voltou aceitável para alguns converter a riqueza em poder, e para que a outros lhes digam que as suas necessidades e vidas nom contam, é aqui onde devemos olhar». Como também em que «é onde terá que se produzir o trabalho mais difícil de criar umha sociedade livre». No entanto, parece-me que

será moi difícil de produzir este trabalho sem nos libertar antes da inércia existencial que nos mantém atados e atadas à normalidade capitalista na que se desenvolvem as nossas existências. Mais que «cegados pelos nossos preconceitos para ver os envoltimentos», por conforto ou medo a sair da normalidade. E isso apesar de saber agora onde ela nos conduz.

Daí a importância de nom esquecer que «o anarquismo se fai, nom é» e de nom resignarmos a só o ser.

O DILEMA: O DINHEIRO OU A VIDA

OCTAVIO ALBEROLA

Quando neste começo do mês de agosto vemos como os focos ativos, da COVID-19, voltam a fazer estragos em quase todos os continentes, e quando os contágios confirmados no mundo som já mais de 18 milhões e as mortes mais de 700.000, como nom inquietar-se pola ineficácia das estratégias utilizadas para fazer frente a esta pandemia? Pois, ainda que alguma fora finalmente mais ou menos eficaz no plano sanitário local/nacional, todas fracassaram no plano internacional, além de provocar umha crise económica e social, a mais devastadora dos últimos 100 anos.

Desde o princípio foi evidente que se sabia moi pouco do coronavírus e da enfermidade que ele provocava. Mas, o que sim, o que se soubo e se puido ver moi rapidamente, foi sua potencialidade expansiva nas sociedades do mundo globalizado. Polo que o enfoque correto, nesses momentos, era assumir o risco do pior e atuar logo: tanto para conseguir umha detecção precoce do sistema de contato, através do rastreio, como para poder controlar – nacional e mundialmente – aos «supertransmissores» e as situações e eventos públicos mais propícios para a «supertransmissom».

Após o ocorrido nestes cinco meses de pandemia, é obrigado constatar o errático proceder das autoridades para assumir este enfoque, como também suas vacilações e demoras em fechar os lugares onde se produz mais facilmente a transmissom, que é a medida mais eficaz até ter o vírus controlado ou dispor dumha vacina...

No entanto, nom é este o enfoque adotado polos governos, pois até o chinês tardou em assumir o risco do pior e decidir-se a atuar em consequência para cortar a transmissom do vírus.

A verdade é que, salvo em Taiwan, essa foi a tônica geral dos governos frente a umha ameaça que era cada dia mais real e mundial, e mais difícil de evitar. Umha inconsciência paradoxica e moi significativa do modo de funcionar do mundo globalizado. E nom pola inépcia deste ou daquele chefe de Estado, pois a realidade é que todos os governos, fossem ou nom tam negacionistas como os dirigidos por Donald Trump, Boris Johnson ou Bolsonaro, atuaram fora do momento adequado e sem ningum consenso supranacional. Nom só por razões ideológicas – a primazia da atividade económica acima de outra consideração – mas também polo modo de funcionar dos governos no mundo de hoje, ao ser a sua principal preocupação e ocupação a gestom do dia a dia com vistas à próxima eleição.

Em tais condições, como esperar destes aparatos burocráticos umha resposta lúcida e racional a umha pandemia, dumha magnitude nunca vista, como a que estamos padecendo? E mais sabendo que sua responsabilidade é moi concreta, dada sua dependência – com os outros poderes – no marco institucional, e que sua missão, trate-se de governos competentes ou incompetentes, mais ou menos progressistas, é manter o atual sistema de convivência baseado na competição e na acumulação do capital. Um sistema que mantém permanentemente as pessoas

ante o dilema do dinheiro ou a vida.

Como, pois, esperar outro comportamento, dos Governos e dos poderes fáticos, para enfrentar o dilema no qual nos meterom com a sua irresponsável e lamentável gestom da pandemia e a precipitada volta à normalidade, apesar de o vírus continuar circulando polo mundo? E mais agora, quando essa volta à normalidade nom para de provocar novos surtos por todo o planeta, mergulhando a humanidade numha ansiedade paralisante, mais e mais tanatofóbica, frente à incerteza de seu futuro.

É óbvio pois que em tais circunstâncias nom nos resta alternativa, às simples pessoas, que a de decidir o prioritário nesse dilema, pois, mais do que nunca, disso depende o que será nosso porvir e o das gerações que nos vam suceder.

Assim pois, o dinheiro ou a vida? Ou seja, seguir como até agora dando prioridade ao dinheiro, apesar da sinistra realidade do presente e do apocalíptico futuro que isso implica, ou priorizar a vida para que o dinheiro nom acabe com ela.

Assim claramente é a opção: ou nos resignarmos a seguir vivendo na atual ansiedade tanatofóbica do império do dinheiro ou resistir e lutar para preservar a vida e a humanidade dum final tam inconsciente e indigno da condição humana.

De nós depende que o mundo de amanhã seja umha cópia – ainda mais trágica e funesta – do presente ou o começo desse outro mundo possível polo qual a parte mais consciente e solidária da humanidade leva tantos anos lutando.

Ardora
(s)edições anarquistas

ARDORAEDITORIA.INFO · ARDORA@BASTARDI.NET

C O L A P S O
— | Z I N E S | —

COLAPSOZINES@RISEUP.NET